

## **RESOLUÇÃO Nº 14/2003-MP/CPJ, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003.**

*Altera a Resolução nº 001/95-MP/CPJ, reestrutura o Plano de Classificação de Cargos e a Promoção dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.*

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**, Órgão da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988;

**CONSIDERANDO** o disposto no Inciso I, do art. 31 da Lei Complementar Estadual nº 01, de 10 de novembro de 1982;

**CONSIDERANDO** o que dispõe a Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a Lei Estadual nº 5.856, de 10 de agosto de 1994, a Lei Estadual nº 5.938, de 15 de janeiro de 1996, e a Lei Estadual nº 6.586, de 1º de outubro de 2003.

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação do plano de classificação de cargos dos servidores do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação, imprescindível, aos avanços tecnológicos e administrativos do Ministério Público;

### **R E S O L V E:**

#### **Título I Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - O Plano de Classificação de Cargos dos Servidores de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado do Pará, instituído pela Resolução nº 001/95-MP/CPJ, de 05 de janeiro de 1995 passa a vigorar com as alterações constantes desta Resolução.

Art. 2º - O Plano de Cargos organiza e escalona em classes e níveis de referências os cargos que integram o quadro de servidores de apoio técnico e administrativo do Ministério Público, tendo em vista as características das atribuições e grau de responsabilidade, a experiência profissional e as condições peculiares de cada cargo, de acordo com a Lei Estadual nº 5.856, de 18 de agosto de 1994, a Lei Estadual nº 5.938, de 15 de janeiro de 1996 e a Lei Estadual nº 6.586, de 1º de outubro de 2003.

Art. 3º - A carreira funcional dos Servidores de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado do Pará é integrada pelas categorias que constituem o Quadro de Cargos Permanentes, abrangendo os seguintes cargos e funções:

- I – Cargos de Provimento Efetivo;
- II – Cargos de Assistência Intermediária;
- III – Cargos de Provimento em Comissão;
- IV – Funções Gratificadas.

## **TÍTULO II**

### **Dos cargos Efetivos, De Provimento em Comissão, Assistência Intermediária e Funções Gratificadas.**

#### **Capítulo I**

#### **Dos Cargos de Provimento Efetivo**

Art. 4º - Cargo de Provimento Efetivo é aquele criado por lei, com denominação própria, cuja investidura depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza do cargo.

Art. 5º - O quantitativo e denominações dos cargos efetivos criados e transformados pelas Leis Estaduais nºs 5.856, de 18 de agosto de 1994, 5.938, de 15 de janeiro de 1996, e 6.586, de 1º de outubro de 2003, ficam escalonados em classes e níveis de referências, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 6º - Os cargos de provimento efetivo dos Servidores de Apoio Técnico e Administrativo estão agrupados a seguir:

I – GRUPO DE ATIVIDADES TÉCNICAS SUPERIORES – código MP. ATS – 400, composto dos cargos técnicos de nível superior de apoio às atividades nas áreas judiciária, administrativo-financeira, planejamento, informática, ciências humanas e sociais, engenharia, arquitetura, médica e odontológica;

II – GRUPO DE ATIVIDADES TÉCNICAS AUXILIARES – código MP. ATA – 300, composto dos cargos técnicos de nível médio com curso de formação de ensino médio completo e habilitação profissional específica, para as atividades de apoio à contabilidade, informática e enfermagem;

III – GRUPO DE ATIVIDADES AUXILIARES – código MP. AAU – 200, composto dos cargos que exigem a formação de ensino médio completo, voltados para o apoio administrativo às atividades meio e fim do Órgão;

IV - GRUPO DE ATIVIDADE OPERACIONAIS - Código MP. AOP - 100, composto dos cargos que exigem escolaridade de ensino fundamental completo, voltados para as atividades operacionais.

§ 1º - O agrupamento, as categorias, as classes e os níveis de referências dos cargos de provimento efetivo dos Servidores do Ministério Público encontram-se no Anexo II desta Resolução.

§ 2º - A descrição das atribuições e pré-requisitos das categorias funcionais dos grupos de atividades contidas neste artigo encontram-se no Anexo IV desta Resolução.

## **Capítulo II**

### **Dos Cargos de Provimento em Comissão, Assistência Intermediária e Funções Gratificadas**

Art. 7º - Os cargos de Provimento em Comissão, Assistência Intermediária e Funções Gratificadas são de livre nomeação do Procurador-Geral de Justiça, obedecidos os seguintes critérios:

I - o preenchimento dos cargos de Provimento em Comissão de Assessor do Procurador-Geral de Justiça será de seu critério exclusivo;

II - o preenchimento dos cargos de Provimento em Comissão de Assessor do Corregedor-Geral de Justiça será por indicação do titular da Corregedoria-Geral;

III - o preenchimento dos cargos de Provimento em Comissão de Assessor de Procurador de Justiça será por indicação dos respectivos membros Procuradores de Justiça;

IV - o preenchimento dos cargos de Provimento em Comissão de Assessor Especializado será por indicação do Secretário-Geral;

V - os cargos de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento serão preenchidos, preferencialmente, por servidor ocupante de cargos do quadro de provimento efetivo do Ministério Público;

VI - os cargos de Assistência Intermediária e as Funções Gratificadas serão privativos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Ministério Público.

Art. 8º - Os cargos de Provimento em Comissão, Assistência Intermediária e Funções Gratificadas previsto no Anexo II, da Lei Estadual nº 5.856, de 18 de agosto de 1994, e Anexo III a este Ato, apresentam os símbolos a seguir:

I - Cargo de Provimento em Comissão - MP. CPC-100;

II - Cargo de Assistência Intermediária - MP.ASI-200;

III - Função Gratificada - MP-FG.

### **Título III**

#### **Do Ingresso, da Carreira e da Promoção**

Art. 9º - O ingresso em cargo efetivo de que trata esta Resolução, far-se-á através de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ocorrendo no nível I da classe inicial.

Parágrafo Único. A abertura de concurso público far-se-á por autorização do Procurador-Geral de Justiça, considerando as reais necessidades da Instituição, observados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 10 - O servidor nomeado em cargo efetivo após aprovação em concurso público será considerado estável após 3 (três) anos de efetivo exercício, que corresponderá ao período de estágio probatório, após Avaliação Especial de Desempenho, cujos critérios serão estabelecidos por ato do Procurador-Geral de Justiça. (§ 4º, do art. 41 da CF/88, § 4º, do art. 40 da CE/89).

§ 1º - O Procurador-Geral de Justiça designará comissão específica para realizar a Avaliação Especial de Desempenho que trata o *caput* deste artigo, a qual deverá ser composta por até 3 (três) servidores estáveis e presidida pelo Secretário-Geral do Ministério Público, ouvido a(s) chefia(s) imediata do servidor estagiário.

§ 2º - O servidor estável aprovado em outro concurso público ou ocupante de função temporária ficará sujeito a estágio probatório no novo cargo.

§ 3º - Os critérios para a Avaliação de Desempenho para fins de estágio Probatório, bem como para fins de promoção por merecimento serão estabelecidos por Comissão Especial designada para esse fim.

§ 4º - O servidor em estágio probatório não poderá ser movimentado do Órgão Ministerial, enquanto estiver no período de avaliação do estágio probatório.

Art.11 - O sistema de carreira do servidor estável do Ministério Público, far-se-á através de promoção, alternadamente, por antigüidade e merecimento, após avaliação de desempenho, conforme os critérios estabelecidos em ato específico e da disponibilidade orçamentário-financeira.

Art. 12 - A promoção é a progressão funcional de servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento base, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antigüidade e merecimento, alternadamente.

Art. 13 - A promoção será efetivada através da progressão horizontal e vertical, obedecidos os critérios de merecimento e antigüidade.

Art. 14 - Quando se tratar de promoção por merecimento, serão considerados os critérios estabelecidos no ato que instituir o Sistema de Avaliação de Desempenho e os descritos nesta Resolução.

Art. 15 - A progressão horizontal é a passagem do servidor estável de um nível ou referência para outro imediatamente superior em cada classe, por antigüidade e merecimento, alternadamente, obedecido o interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo, consoante os critérios estabelecidos no presente Ato e nos demais que tratem do Sistema de Avaliação de Desempenho.

Art. 16 – A progressão vertical é a passagem do servidor estável de uma classe para outra imediatamente superior, na mesma categoria funcional, por antigüidade e merecimento obedecido o interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício, com base nos critérios previstos no ato que tratar do Sistema de Avaliação de Desempenho.

Art. 16-A – A carreira dos servidores do Ministério Público fica agrupada nas seguintes categorias:

**I- Técnico Especializado - ATE - 402 e Técnico ATC - 401, classes A,B,C e D:**

Classe A - graduação de nível superior específica do cargo;

**II - Técnico em Contabilidade – AAC - 303, Programador de Computador - AAP - 302 e Auxiliar de Enfermagem – AAE - 301, classes A,B e C;**

Classe A - curso de nível médio completo com especialização e/ou curso profissionalizante específico do cargo;

**III - Auxiliar de Administração - AUD - 201, classes A, B e C;**

Classe A - curso de nível médio completo;

**IV - Operador de Telecomunicações - AOT - 106, Motorista – AOM - 105, Oficial de Serviços Auxiliares - AOA - 104, Auxiliar de Serviços Gerais – AOG - 103, Auxiliar de Serviços de Manutenção - AOS - 102 e Vigia – AOV - 101, classes A, B e C:**

Classe A - Ensino Fundamental completo, com curso profissionalizante no caso de operador de telecomunicações e com Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A e D, no caso de motorista;

Parágrafo Único: Os critérios necessários para promoção às classes posteriores serão definidos consoante os critérios de promoção previstos em lei e no Ato que definir o Sistema de Avaliação de Desempenho, ressalvando as situações já efetivadas.

16-B - A avaliação de desempenho para fins de promoção por merecimento de que trata o art. 16 da Resolução nº 001/95-MP/CPJ, será regulamentada por ato específico do Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 11 da Lei Estadual nº 5.856, de 18 de agosto de 1994.

Art. 17. O servidor não será promovido enquanto estiver:

I - cumprindo estágio probatório;

II - afastado das atividades por punição disciplinar.

III – Nos demais casos, conforme previsão legal.

Art. 18 - O servidor em exercício de mandato eletivo somente terá direito à promoção por antigüidade, na forma da Constituição, obedecidas as exigências legais e regulamentares.

Art. 19 - Revogado.

Art. 19-A - A ausência de critérios para a promoção por merecimento não obsta a de antigüidade, observada sempre a alternatividade.

#### **Título IV Do Enquadramento**

Art. 20 - Revogado.

Art. 21 - Revogado.

Art. 22 - Revogado.

Art. 23 - Revogado.

Parágrafo Único – Revogado.

Art. 24 - Revogado.

Art. 24-A - Fica assegurado o direito dos servidores do Ministério Público enquadrados por força da Lei Estadual nº 7.743, de 31 de maio de 1993, cujo enquadramento foi realizado através da Portaria nº 144/95-PGJ, de 1º de fevereiro de 1995, considerando a transformação e criação de cargos dispostos na Lei Estadual nº 5.856, de 18 de agosto de 1994, e da Resolução nº 001/95 de 05 de janeiro de 1995.

#### **TÍTULO V Dos Vencimentos e Vantagens**

Art. 25 - Os cargos de Provimento Efetivo, Comissionados, de Assistência Intermediária e Funções Gratificadas serão remunerados com base nos valores fixados em lei. (Inciso X, do art.37, da Constituição Federal/88).

Art. 26 - Ficam asseguradas para o servidor do Ministério Público as gratificações e vantagens pecuniárias previstas em lei para os demais servidores públicos estaduais e especificamente as seguintes:

I - Gratificação por tempo integral ou dedicação exclusiva;

II - Adicional de insalubridade ou periculosidade;

III - Gratificação de escolaridade a servidor com formação de curso superior e que esteja desempenhando cargo em que se exija esta habilitação;

IV - Adicional por horas extras trabalhadas, quando autorizado, que será atribuído a servidor efetivo, no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

V - Adicional pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada, nos termos da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

Art. 27 - A estrutura salarial do quadro de cargos efetivos dos Servidores de Apoio Técnico e Administrativo é hierarquizada em classes, e estas, em níveis de referências crescentes de valores salariais, fixados em lei.

Parágrafo Único - A diferença de 1 ( um ) nível para outro da mesma classe, entre classes e entre grupos de atividades, é de 5% ( cinco por cento)

Art. 28 - Ficam assegurados aos Servidores do Ministério Público os direitos e vantagens, bem como os deveres e obrigações previstas na Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e subsidiariamente, no que esta for omissa, as da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 29 - Ficam estendidos aos servidores inativos do Ministério Público do Estado do Pará, no que couber, os direitos e vantagens contidas nesta Resolução e seus Anexos.

Art. 30 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES, em Belém, 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

**FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA**

Procurador-Geral de Justiça

**CARLOS AÍLSON PEIXOTO**

**LUIZ ISMAELINO VALENTE**

**RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES**

**GERALDO MAGELA PINTO DE SOUZA**

**CLÁUDIO BEZERRA DE MELLO**

**VÂNIA LÚCIA SILVEIRA AZEVÊDO DA SILVA**

**UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL**

**LUIZ CESAR TAVARES BIBAS**

**DULCELINDA LOBATO PANTOJA**

**MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES**

**ANTÔNIO EDUARDO BARELTA DE ALMEIDA**

**ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER**

**MARIO NONATO FALANGOLA**

**EDNA GUILHERMINA SANTOS DOS SANTOS**